



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)



BOLETIM INFORMATIVO Nr 12
(31 DE DEZEMBRO DE 2009)

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br – (EBNET)
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br – (Internet)
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEK – 870-7180



ÍNDICE

ASSUNTO	PÁGINA
1ª PARTE – CONFORMIDADE CONTÁBIL	
Registro da Conformidade Contábil Mensal – “Novembro/2009”	2
2ª PARTE – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ANUAIS	
1. Tomadas de Contas Anual	2
a. Regulares	2
- Julgamento de T C A – Ano 2007, da 4ª Cia Gda, 10º R C Mec, 4º BPE, 21ª CSM, 4º B Com, CPOR/R, Pq R Mnt/7, CMNE, Cmdo 7ª RM/7ª DE, Cmdo 10ª Bda Inf Mtz, H Ge R e a CRO/7.	2
b. Irregulares	2
2. Tomadas de Contas Especial	3
3ª PARTE – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS	
1. Modificações de Rotinas de Trabalho	3
a. Execução Orcamentária	3
b. Execução Financeira	3
c. Execução Contábil	3
1) Contas Contábeis	3
2) Patrimônio	3
Declaração de Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (DITR)	3
3) Custos	3
d. Execução de Licitações e Contratos	3
Publicação de Resultado de Licitação – MSG SIAFI 2009/1418110, de 02/12/09, da SEF.	3
e. Pessoal	4
1) Base de cálculo de pensão alimentícia.	4
2) Dívida com o FUSEx e compensação pecuniária.	4
3) Curso de Especialização em Gestão – BE nº 49, de 11/12/09..	4
f. Controle Interno	4
Portaria nº 122-EME, de 16 de Novembro de 2009 – Aprovou a implantação do CCIEx.	4
g. Visita de Auditoria	4
h. Convênios	5
2. Recomendações sobre Prazos	5
Recomendação do TCU - MSG SIAFI 2009/1481381, de 14/12/09, da SEF.	5
3. Soluções de Consultas	6
a. Auxílio-alimentação	6
b. Auxílio-transporte	6
c. Base de cálculo de pensão alimentícia	6
d. Danos ao Erário	6
e. Garantia de pagamento de aluguel residencial para militares inativos	6
f. Parecer Jurídico	6
g. Reajuste de contrato de cessão de uso	6
h. Recontratação com Empresa	7
4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG	7
a. Legislação e Atos Normativos	7
b. Orientações aos Agentes da Administração	7
1) ROL dos Responsáveis - MSG SIAFI 2009/1449104, da, SEF, de 08/12/09.	7
2) Códigos de Ocorrências no SICAF - MSG SIASG 055761, da DLSG/SIASG/DF, de 3/12/09.	8
3) Controle Patrimonial - MSG SIAFI 2009/1417515, da, SEF, de 2/12/09.	9
4) Procedimentos no uso de Códigos de Itens de Materiais de Serviços - MSG SIASG 055351, da DLSG/SIASG/DF, de 7/12/09.	9
5) Fatura CPGF com vencimento em Janeiro de 2010 - MSG SIAFI 2009/1395158, da SEF de 30/11/09.	10
6) Despesas inscritas em Resto a Pagar - MSG FAX 006-PAA/SGS/DGO, de 12/11/09.	11
c. Mensagens COMUNICA	12
4ª PARTE – ASSUNTOS GERAIS	12
Aniversário de Organizações Militares (OM)	12
Informações do tipo “você sabia ...?”	13
- ANEXO “A” – Julgados do TCU publicados em Novembro de 2009.	15



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)

1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL

Registro da Conformidade Contábil Mensal – “NOVEMBRO/2009”

Cumprindo às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspeção registrou, no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis, efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **NOVEMBRO/2009**.

- Encontra-se com **COM RESTRIÇÃO** a seguinte UG:

CÓDIGO DA UG	NOME DA UG
160194	Cmdo 7ª RM/7ª DE

2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ANUAIS

1. Tomadas de Contas Anual

a. Regulares

Arquivamento de Documentos de Prestação de Contas - Orientação

- De acordo com o nº 1 e o nº 4 da MSG SIAFI 2009/0888141, de 06/08/09, desta Inspeção, lembro aos senhores OD que, continua em vigor a referida orientação.

Julgamento de T C A

O Tribunal de Contas da União (TCU) julgou como **regulares** as contas referentes ao exercício de **2007**, das seguintes UG vinculadas a esta Setorial Contábil, dando **quitação plena** aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UG):

EXERCÍCIO	CÓDIGO DA UG	OFÍCIO/DTU	ACÓRDÃO	DADOS DA SEÇÃO
2007	160034 – 4ª Cia Gda	17/2009	5918/2009-TCU - 2ª Câmara	Ata nº 40, de 10 NOV 09
	160184 – 10º R C Mec		5919/2009-TCU - 2ª Câmara	
	160180 – 4º BPE	12/2009	5309/2009-TCU - 1ª Câmara	-
	160187 – 21ª CSM		5339/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160188 – 4º B Com		5289/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160200 – Pq R Mnt/7		5264/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160191 – CPOR/R		5007/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160193 – Cmdo 10ª Bda Inf Mtz		5013/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160194 – Cmdo 7ª RM/7ª DE		5019/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160195 – CM NE		5021/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160199 – H Ge R		5263/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160201 – CRO/7		5024/2009-TCU - 1ª Câmara	
Observação:		conforme o nº 2 do Ofício nº 463-SCCR/D Aud, de 30 NOV 09.		
		conforme o nº 2 do Ofício nº 458-SCCR/D Aud, de 30 NOV 09.		
		conforme o nº 2 do Ofício nº 449-SCCR/D Aud, de 30 NOV 09.		

b. Irregulares

- Nada a considerar

2. Tomadas de Contas Especial

- Nada a considerar

3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

1. Modificações de Rotinas de Trabalho

a. Execução Orçamentária

- Nada a considerar

b. Execução Financeira

- Nada a considerar

c. Execução Contábil

1) Contas Contábeis

- Nada a considerar

2) Patrimônio

Declaração de Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (DITR).

- O assunto em epígrafe encontra-se disponível na íntegra no Ofício nº 420 – Asse Jur–09 (A1/SEF), de 11 DEZ 09, no endereço eletrônico do sítio da Assessoria 1, da SEF:
<http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/398-09.pdf>

3) Custos

- Nada a considerar

d. Execução de Licitações e Contratos

Publicação de Resultado de Licitação – A/2 SEF

(Transcrição da Msg SIAFI 2009/1418110, de 02/12/09, da SEF).

DO: CHEFE DA ASSESSORIA 2

AO: SR CHEFE DA 7ª ICFEX

REFERÊNCIA: 1. MSG SIAFI 2009/1411087, DE 01 DEZ 09, DA 7ª ICFEX;

2. MSG SIAFI 2009/0265169, DE 05 MAR 09, DA A/2-SEF.

1. VERSA O PRESENTE EXPEDIENTE SOBRE PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU).

2. INFORMO A ESSA CHEFIA QUE A SOLICITAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL ESTÁ DE ACORDO COM A MSG DE REFERÊNCIA 2, DESSA FORMA, A UG 160139 (H G JP) DEVERÁ CUMPRIR O QUE DESCREVE A LETRA “B” DA MSG DE REFERÊNCIA 1.

BRASÍLIA – DF, 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

WILLIAMS CARVALHO PESSÔA – CEL R/1

CHEFE DA ASSESSORIA 2 – SEF

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

e. Pessoal

1) Base de cálculo de pensão alimentícia.

- O assunto em epígrafe encontra-se disponível na íntegra nos Of nº 350 – Asse Jur–09 (A1/SEF), de 14 OUT 09 e no Of nº 424 – Asse Jur–09 (A1/SEF), de 11 DEZ 09, nos endereços eletrônicos do sítio da Assessoria 1, da SEF.:

<http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/350-09.pdf>

<http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/424-.pdf>

2) Dívida com o FUSEx e compensação pecuniária.

- O assunto em epígrafe encontra-se disponível na íntegra no Ofícios nº 417 e 418 – Asse Jur–09 (A1/SEF), de 09 DEZ 09, no endereço eletrônico do sítio da Assessoria 1, da SEF:

<http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/417 e 418-09.pdf>

3) Curso de Especialização em Gestão

- O assunto em epígrafe encontra-se disponível na íntegra na Portaria nº 156-EME, de 8 de dezembro de 2009, publicada no BE nº nº 49, de 11 de dezembro de 2009.

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

f. Controle Interno

Portaria Nº 122-EME, DE 16 de Novembro de 2009 – Aprova a Diretriz para a Implantação do Centro de Controle Interno do Exército.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 3º, inciso II, do Regimento Interno do Comando do Exército, aprovado pela Portaria nº 951, de 19 de dezembro de 2006, e art. 5º, inciso VI, do Regulamento do Estado-Maior do Exército (R- 173), aprovado pela Portaria nº 300, de 27 de maio de 2004, em conformidade com o inciso X, do art. 100, e com o art. 117, das Instruções Gerais para a Correspondência, Publicações e Atos Administrativos no Âmbito do Exército (IG 10-42), aprovadas pela Portaria nº 041, de 18 de fevereiro de 2002, resolve:

Art. 1º Aprovar a Diretriz para a Implantação do Centro de Controle Interno do Exército, que com esta baixa.

Art. 2º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

(Transcrito do BE nº 47, de 27 de novembro de 2009. – 47)

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

g. Visita de Auditoria

- Nada a considerar

h. Convênios

- Nada a considerar

2. Recomendações sobre Prazos**Recomendação do TCU**

(Transcrição da Msg SIAFI 2009/1481381, de 14/12/09, da SEF).

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

REF: OFÍCIO Nº 482 - SSCR/DAUD, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009, DO DIRETOR DE AUDITORIA.

1. EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO CONTIDA NO DOCUMENTO DA REFERÊNCIA, ESTA SECRETARIA RESOLVEU DIFUNDIR ÀS UNIDADES GESTORAS (UG) AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NO ACÓRDÃO Nº 6101/2009-TCU - 2ª CÂMARA, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009, NA FORMA DOS ITENS ABAIXO TRANSCRITOS:

"1.5. DETERMINAÇÕES:

1.5.1.1. INCLUA NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS À AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO OS DOCUMENTOS DE REQUISIÇÃO EMITIDOS PELAS UNIDADES BENEFICIÁRIAS DAS COMPRAS/SERVIÇOS PARA ATENDIMENTO AO ART 3º, INCISO I, DA LEI 10.520/2002;

1.5.1.2. FAÇA CONSTAR NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS À AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO DOCUMENTOS QUE EVIDENCIEM A REALIZAÇÃO DA DEVIDA PESQUISA DE MERCADO;

1.5.1.3. ATENTE PARA O CUMPRIMENTO DO ART 11, INCISO XXI, DO ANEXO I, DO DECRETO Nº 3.555/2000, QUE DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO, NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO, SE A LICITANTE MANTÉM AS CONDIÇÕES QUE PERMITIRAM A SUA HABILITAÇÃO NO CERTAME;

1.5.1.4. SE ABSTENHA DE PROMOVER A RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATOS, FUNDAMENTADA NO ART 79, INCISO II, DA LEI 8.666/1993, QUANDO RESTAR CONFIGURADO O DESCUMPRIMENTO, AINDA QUE PARCIAL, DAS CONDIÇÕES PACTUADAS PELAS EMPRESAS CONTRATADAS, LEMBRANDO QUE ESTAS, EM TAIS CIRCUNSTÂNCIAS, RESPEITADO O DEVIDO PROCESSO LEGAL, ESTÃO SUJEITAS A UMA DAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART 87 DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL;

1.5.1.5. OBSERVE, NO CASO DE ATRASO INJUSTIFICADO NA EXECUÇÃO DE CONTRATO, O PREVISTO NO ART 86 DA LEI 8.666/1993 E APLIQUE AO CONTRATADO MULTA DE MORA, NA FORMA PREVISTA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO OU NO CONTRATO;"

BRASÍLIA - DF, 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

3. Soluções de Consultas

a. Auxílio-alimentação

UG de Origem	Documento de Resposta
2ª ICEx	Of nº 406 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 26 de novembro de 2009
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA: - A consulta versa sobre auxílio-alimentação.	
ONDE ENCONTRAR: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.406-Circular-09.pdf	

b. Auxílio-transporte

UG de Origem	Documento de Resposta
2ª ICEx	Of nº 411 – Asse Jur – 09 (A1/SEF)_Circular, de 1 de dezembro de 2009
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA: - A consulta versa sobre auxílio-transporte (AT).	
ONDE ENCONTRAR: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.411-Circular-09.pdf	

c. Base de cálculo de pensão alimentícia

UG de Origem	Documento de Resposta
Gab Cmt Ex	Of nº 424 – Asse Jur – 09 (A1/SEF)_Circular, de 11 DE DEZEMBRO DE 2009.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA: - A consulta versa sobre consolidação no âmbito do Exército, a idéia de que o adicional natalino deve integrar a base de cálculo da pensão alimentícia	
ONDE ENCONTRAR: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.350-Circular-09.pdf	

d. Danos ao Erário

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª ICEx	Of nº 428 – Asse Jur – 09 (A1/SEF) e o Parecer nº 099/AJ/SEF, de 17 de dezembro de 2009
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA: - A consulta versa sobre Danos ao Erário	
ONDE ENCONTRAR: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.428-Circular-09.pdf	

e. Garantia de pagamento de aluguel residencial para militares inativos

UG de Origem	Documento de Resposta
5ª ICEx	Of nº 426 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 14 de dezembro de 2009
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA: - A consulta versa sobre concessão de garantia de pagamento de aluguel residencial para militares inativos.	
ONDE ENCONTRAR: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.426-Circular-09.pdf	

f. Parecer Jurídico

UG de Origem	Documento de Resposta
4ª ICEx	Of nº 416-Asse Jur-09 (A1/SEF), de 12/12/09/ e Parecer Jur. Nº 093-AJ/SEF, 8/12/09
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA: - A consulta versa sobre Parecer Jurídico.	
ONDE ENCONTRAR: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.427-Circular-09.pdf	

g. Reajuste de contrato de cessão de uso

UG de Origem	Documento de Resposta
1ª ICEx	Of nº 427 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 16 de dezembro de 2009
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA: - A consulta versa sobre reajuste de contrato de cessão de uso.	
ONDE ENCONTRAR: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.427-Circular-09.pdf	

h. Recontratação com Empresa

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª ICFEx	Of nº 419 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 09 de dezembro de 2009
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- A consulta versa sobre nova contratação com empresa, cujo contrato original foi rescindido amigavelmente.	
ONDE ENCONTRAR: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.419-Circular-09.pdf	

4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as Unidades Gestoras (UG).

a. Legislação e Atos Normativos

A S S U N T O	Onde Encontrar	Observações
- Portaria/SLTI-MP nº 12, de 23.11.2009 – altera a Portaria Normativa nº 5, de 19.12.2002, que dispõe sobre os procedimentos gerais para utilização de protocolo, no âmbito da Administração Pública Federal, para os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG).	DOU de 08.10.2009, S. 1, p. 122	Tomar Conhecimento

b. Orientações aos Agentes da Administração

1) ROL dos Responsáveis – A/2 – SEF

(Transcrição da Msg SIAFI 2009/1449104, da SEF, de 08/12/09).

Considerando a relevância do tema e com a finalidade de atualização do conhecimento e orientações às UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo a mensagem SIAFI abaixo:

DO SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
 AOS SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS
 REF: MENSAGEM SIAFI 2009/1397678 – GSCON/SFC/CGU, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

1. INFORMO AOS ORDENADORES DE DESPESAS (OD) QUE DE ACORDO COM O DOCUMENTO DA REFERÊNCIA, NÃO HÁ NECESSIDADE DE LANÇAMENTO NO ROL DE RESPONSÁVEIS, DOS PERÍODOS DE AFASTAMENTOS, FÉRIAS, LICENÇAS, VIAGENS E OUTROS, RELACIONADOS ÀS ATIVIDADES DOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS (UG).

2. AINDA, CONFORME ORIENTAÇÃO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTAS DO GOVERNO – GSCON, AS UG DEVERÃO MANTER ATUALIZADO APENAS O CADASTRO COM OS REGISTROS DOS AGENTES “TITULAR” E “SUBSTITUTO” COM AS RESPECTIVAS “NATUREZAS DE RESPONSABILIDADE” E “DATAS DE NOMEAÇÃO E DE EXONERAÇÃO”.

3. DIANTE DO EXPOSTO, ESTA SECRETARIA INFORMA QUE O BOLETIM INTERNO (BI), PREVISTO NO ARTIGO 173 DO REGULAMENTO INTERNO E DOS SERVIÇOS GERAIS – R-1 (RISG), É O ÚNICO INSTRUMENTO DE CONTROLE DAS ALTERAÇÕES OCORRIDAS COM O PESSOAL, NO QUE SE REFERE ÀS SITUAÇÕES DE AFASTAMENTO DESCRITAS NO ITEM “1” DA PRESENTE MENSAGEM.

BRASÍLIA – DF, 8 DE DEZEMBRO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
 SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Códigos de Ocorrências no SICAF**(Transcrição da Msg SIASG 055761, da DLSG/SIASG/DF, de 03/12/09).**

Considerando a relevância do tema e com a finalidade de atualização do conhecimento e orientações às UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo a mensagem SIAFI abaixo:

SENHORES DIRIGENTES,

CONSIDERANDO QUE A ATUAL TABELA DE OCORRÊNCIAS DO SICAF ENCONTRA-SE DESATUALIZADA, FACE À EDIÇÃO DA LEI Nº 10.520, DE 2002, BEM COMO A JURISPRUDÊNCIA A RESPEITO DO TEMA, TECEMOS AS ORIENTAÇÕES SEGUINTE PARA APLICAÇÃO DOS CÓDIGOS, ENQUANTO ESTES NÃO FOREM REFORMULADOS:

002 - SUSPENSÃO - ESTE CÓDIGO BLOQUEIA O CADASTRO DO FORNECEDOR E DEVE SER APLICADO POR TODOS OS ÓRGÃOS, INTEGRANTES OU NÃO DO SISG, NO REGISTRO DE:

A) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, IMPOSTA PELO INCISO IV DO ART. 87 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

B) IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, IMPOSTO PELO ART. 7º DA LEI Nº 10.520, DE 2002, SALIENTAMOS, NO ENTANTO, QUE ESTE LANÇAMENTO NÃO DEVERÁ SER EFETUADO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES MUNICIPAIS OU ESTADUAIS, CASO EM QUE DEVE SER LANÇADO NO CÓDIGO 021.

021 - SUSPENSÃO ÓRGÃOS NÃO INTEGRANTES DO SISG - ESTA CÓDIGO DEVE SER APLICADO POR TODOS OS ÓRGÃOS, INTEGRANTES OU NÃO DO SISG, NO REGISTRO DE:

A) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA, IMPOSTA PELO INCISO III DO ART. 87 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SALIENTAMOS QUE A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DEVE SER APLICADA APENAS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO, OU SEJA, DO ÓRGÃO OU ENTIDADE QUE APLICOU A PENALIDADE, PORTANTO, NESTE CASO, NÃO DEVE SER UTILIZADO O CÓDIGO 002, QUE BLOQUEIA O CADASTRO DO FORNECEDOR.

B) IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, IMPOSTO PELO ART. 7º DA LEI Nº 10.520, DE 2002, NO CASO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS OU MUNICIPAIS.

022 - REATIVAÇÃO - ESTE CÓDIGO DEVE SER LANÇADO, COM O OBJETIVO DE DESBLOQUEAR O CADASTRO DO FORNECEDOR. SE A PENALIDADE FOR REGISTRADA, ERRONEAMENTE, COM CÓDIGO 002, O CÓDIGO 022 DEVE SER LANÇADO, ANTES DO REGISTRO DA PENALIDADE COM O CÓDIGO CORRETO.

023 - REVOGAÇÃO DE OCORRÊNCIA - ESTE CÓDIGO NÃO DESBLOQUEIA O CADASTRO DE FORNECEDOR E NÃO CORRIGE LANÇAMENTOS ERRÔNEOS DE PENALIDADES, EVITE SUA UTILIZAÇÃO. CONFERIR OBSERVAÇÃO E RESPEITO DO CÓDIGO 022-REATIVAÇÃO.

ATC, SUSTENTAÇÃO NORMATIVA/DLSG/SLTI-MP.

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

3) Controle Patrimonial**Msg SIAFI nº 2009/1417515, de 2 de dezembro de 2009, da SEF**

Considerando a relevância do tema e com a finalidade de atualização do conhecimento e orientações às UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo a mensagem SIAFI abaixo:

DO: DIRETOR DE CONTABILIDADE

AO: SRS CHEFES DE INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO

1. VERSA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE A REALIZAÇÃO DE REGISTROS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS.
2. SOLICITO AOS SRS CHEFES ICFEX QUE ORIENTEM OS ORDENADORES DE DESPESAS DE SUAS UNIDADES GESTORAS VINCULADAS QUANTO À OBRIGATORIEDADE DO CONTROLE PATRIMONIAL SER REALIZADO NO SIMATEX CONFORME DISPÕE A PORTARIA Nº 030-SEF, DE 9 NOV DE 2009.
3. A PORTARIA, EM COMENTO, REVOGA AS PORTARIAS Nº 012-SEF, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1990 E Nº 002-SEF, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998, QUE ABORDAVAM SOBRE A REALIZAÇÃO DE REGISTROS CONTÁBEIS NO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO.
4. ASSIM SENDO, NÃO SERÁ MAIS PERMITIDO UTILIZAR SISTEMAS PRÓPRIOS, DESENVOLVIDOS PELAS UNIDADES PARA O CONTROLE PATRIMONIAL, UMA VEZ QUE EXISTE NO SIMATEX UM NÚMERO SIGNIFICATIVO DE FUNCIONALIDADES QUE POSSIBILITAM TAL CONTROLE.
5. EM RAZÃO DA REVOGAÇÃO DAS PORTARIAS SUPRACITADAS, ESTA DIRETORIA ORIENTA ÀS ICFEX QUE IMPLEMENTEM AÇÕES COM VISTAS A OBTER MAIS DINAMISMO NO ACOMPANHAMENTO DO PATRIMÔNIO, POR INTERMÉDIO DO SISPATR, DAS SUAS UG VINCULADAS.
6. PARA QUAISQUER ESCLARECIMENTOS A 2ª SEÇÃO SE ENCONTRA À DISPOSIÇÃO NOS TELEFONES (61) 3317-3454, (RITEX) 850-3454 OU PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO: DCONT SISPATR@SEF.EB.MIL.BR.

BRASÍLIA, DF, 2 DE DEZEMBRO DE 2009.

GEN BDA PAULO CESAR SOUZA DE MIRANDA
DIRETOR DE CONTABILIDADE

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**4) Procedimentos no uso de Códigos de itens de Materiais e Serviços
(Transcrição da Msg SIASG 055351, da DLSG/SIASG/DF, de 07/12/09).**

Considerando a importância do tema e com a finalidade de atualização de conhecimento e orientações às UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo a MSG SIASG abaixo:

ASSUNTO: PROCEDIMENTOS NO USO DE CÓDIGOS DE ITENS DE MATERIAIS E SERVIÇOS.

TEXTO: EM RAZÃO DO GRANDE NÚMERO DE PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE CÓDIGO CATMAT/CATSER EM LICITAÇÕES CADASTRADAS NO SISTEMA SIASG, ALERTAMOS AOS USUÁRIOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA PRÉVIA AOS CATÁLOGOS DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA ESCOLHA DO CÓDIGO, ANTES DA INCLUSÃO DO "AVISO DE LICITAÇÃO", DEVENDO TAMBÉM VERIFICAR A NATUREZA DE DESPESA E SUB-ITEM QUE ESTÃO CONTEMPLADOS NO RESPECTIVO CÓDIGO, O QUAL DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A DOTAÇÃO INFORMADA PELO FINANCEIRO.

A PESQUISA NO CATÁLOGO PODERÁ SER REALIZADA POR:

- NOME
- CLASSE
- INC

CASO NÃO ENCONTRE O CÓDIGO COM A DESCRIÇÃO DESEJADA, SOLICITAR A CATALOGAÇÃO DO ITEM A SER LICITADO, ATRAVÉS DO SIASG/PEDIDO DE CATALOGAÇÃO, INFORMANDO AS CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS.

ALERTAMOS QUANTO A UTILIZAÇÃO DE CÓDIGOS COM NUMERAÇÃO INFERIOR A 200.000, DENOMINADOS "GENÉRICOS" QUE TEM O CAMPO "DESCRIÇÃO DETALHADA" LIVRE PARA O USUÁRIO DIGITAR A DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER LICITADO, QUE SERÁ A MESMA DESCRIÇÃO DA NOTA DE EMPENHO. A ALTERAÇÃO DESTES CAMPOS NÃO É POSSÍVEL DEPOIS DA LICITAÇÃO ABERTA/FINALIZADA.

ATENCIOSAMENTE,

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA DE SERVIÇOS GERAIS.

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

5) Fatura CPGF com vencimento em Janeiro de 2010
Msg SIAFI nº 2009/1395158, de 30 de novembro de 2009, da SEF

Considerando a relevância do tema e com a finalidade de atualização do conhecimento e orientações às UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo a mensagem SIAFI abaixo:

DO: DIRETOR DE CONTABILIDADE
AOS: SRS. ORDENADORES DE DESPESA

1. A PRESENTE MENSAGEM TEM POR OBJETO ORIENTAR QUANTO AO PAGAMENTO DE FATURA DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (CPGF) COM VENCIMENTO EM JANEIRO DE 2010.
2. DE ACORDO COM A MACROFUNÇÃO SIAFI 020318 - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, AS CONTAS 212680100 (SAQUE CPGF) E 212680200 (FATURA CPGF) DEVERÃO CONTER SOMENTE OS VALORES RELATIVOS A APROPRIAÇÕES DE DESPESA VINCULADAS A SUPRIMENTO DE FUNDOS REFERENTES ÀS FATURAS A VENCER NO EXERCÍCIO SEGUINTE.
3. A D CONT REALIZARÁ ATÉ 29 DEZ 09 SUB-REPASSE PARA PAGAMENTO DE FATURAS DO CPGF DE ACORDO COM AS APROPRIAÇÕES REALIZADAS, DEVENDO A UG, CASO SEJA POSSÍVEL, RELIZAR O DEVIDO PAGAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2009.
4. CASO A UG NÃO DISPONHA DA FATURA PARA PAGAMENTO EM 2009, DEVERÁ PERMANECER COM O SALDO NA CONTA 112160400 (LIMITE DE SAQUE) PARA QUE O PAGAMENTO SEJA EFETUADO EM JANEIRO DE 2010.

BRASILIA-DF, 27 DE NOVEMBRO DE 2009.
GEN BDA PAULO CESAR SOUZA DE MIRANDA
DIRETOR DE CONTABILIDADE

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

6) Despesas inscritas em Restos a Pagar**Msg FAX nº 006-PAA/SGS/DGO, de 12 de novembro de 2009.**

Considerando a relevância do tema e com a finalidade de atualização do conhecimento e orientações às UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo a mensagem FAX abaixo:

Do: Diretor de Gestão Orçamentária**Ao: Srs Chefes de Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército**

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
DIRETORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

Brasília, 06 de novembro de 2009.**Assunto:** Restos a Pagar.

1. Versa o presente expediente sobre a necessária análise das despesas inscritas em restos a pagar.

2. Sobre o assunto, remeto a essa Chefia o quadro demonstrativo de resto a pagar (preenchido como exemplo), a ser inserido no Relatório de Remessa de Prestação de Contas Mensal (**RPCM**) do Ordenador de Despesas "OD", para fins de acompanhamento dos valores existentes em resto a pagar, do exercício anterior e outros, pela Unidade Gestora e por sua ICFEx de vinculação, o "quadro demonstrativo de restos a pagar" abaixo (preenchido como exemplo):

Plano Interno	Valor Inscrito em restos a pagar, no exercício	Finalidade da inscrição	Saldo Até o mês vigente (do Relatório)	Justificativa para a falta de liquidação	Valor cancelado	Justificativa do cancelamento
I3DACSP ENEL	8.000,00	Parcela do mês de dezembro do ano anterior	8.000,00	Não recebimento, até a presente data, da nota fiscal referente ao serviço	-	-
I3DACSP TELF	5.000,00	Parcela do mês de dezembro do ano anterior	-	-	500,00	Saldo residual do valor inscrito em relação a fatura recebida
I3DACNT LICO	8.000,00	Parcela do mês de dezembro	8.000,00	A nota fiscal não foi recebida	-	-
I3DACFU NADOM	4.000,00	Aquisição de material de consumo no encerramento do exercício	4.000,00	O material não foi entregue	-	-
SOMA	25.000,00		20.000,00		500,00	-

3. Em relação ao quadro acima, oriento a V Sa a mandar observar o seguinte:

a. o seu preenchimento abrangerá os **PI** de todas as ações orçamentárias com valores inscritos em Restos a Pagar, do exercício anterior e de outros; e

b. essa informação, mensal, já fará parte do RPCM referente ao mês de novembro de 2009.

c. acusar o recebimento deste FAX, por intermédio da MSG Comunica a esta Diretoria (**160073**)

Gen Div CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO

Diretor de Gestão Orçamentária

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

c. Mensagens COMUNICA:

MENSAGEM	EXPEDIDOR	A S S U N T O S
SIAFI 2009/1411109	7ª ICFEx	ROL dos Responsáveis
SIAFI 2009/1423784	7ª ICFEx	Data Limite para Emissão de Nota de Empenho
SIAFI 2009/1423866	7ª ICFEx	Emissão de Pré-Empenho
SIAFI 2009/1442510	7ª ICFEx	Nova Funcionalidade do STA
SIAFI 2009/1454279	7ª ICFEx	Códigos de Ocorrências no SICAF
SIAFI 2009/1454360	7ª ICFEx	Procedimentos no Uso de Códigos de Itens de Materiais e Serviços
SIAFI 2009/1461581	7ª ICFEx	Instrução Normativa nº 02 de 2009 – Revogação de Dispositivo
SIAFI 2009/1461602	7ª ICFEx	Ficha Cadastro – Prorrogação de Prazo
SIAFI 2009/1461616	7ª ICFEx	Execução Orçamentária
SIAFI 2009/1461636	7ª ICFEx	Funcionamento do SIAFI nos finais de semana do mês de Dezembro
SIAFI 2009/1467966	7ª ICFEx	Equação 007 e 009 (Regularização)
SIAFI 2009/1468273	7ª ICFEx	Data limite para Emissão de Nota de Empenho-Prorrogação
SIAFI 2009/1468310	7ª ICFEx	Utilização dos Recursos de Movimentações
SIAFI 2009/1468344	7ª ICFEx	Prazo p/ Remessa dos FAFF referentes ao Ano de 2009
SIAFI 2009/1469278	7ª ICFEx	Problemas na Emissão de NE – Orientações
SIAFI 2009/1469310	7ª ICFEx	Solicitação de Subcotas de Movimentação
SIAFI 2009/1469330	7ª ICFEx	Preenchimento de NE p/ Suprimento de Fundos Orientação
SIAFI 2009/1469344	7ª ICFEx	CONCONTIR Equação 85 – Encerramento do Exercício
SIAFI 2009/1469352	7ª ICFEx	Atualização de Tabelas
SIAFI 2009/1469358	7ª ICFEx	Emissão de OB – (Ordem Bancária)
SIAFI 2009/1471250	7ª ICFEx	Orientação sobre anulação de Empenho
SIAFI 2009/1503938	7ª ICFEx	Saldo de Empenho a Liquidar “UU”
SIAFI 2009/1504035	7ª ICFEx	Controle Patrimonial
SIAFI 2009/1504148	7ª ICFEx	RAAIIA – 4º Trimestre 2009
SIAFI 2009/1512034	7ª ICFEx	Saldo na CONINCONS “UU”
SIAFI 2009/1512211	7ª ICFEx	Erro na classificação de Subitem de Despesas
SIAFI 2009/1512272	7ª ICFEx	Transação > ATUFOLHA
SIAFI 2009/1512324	7ª ICFEx	Mensagem Urgente - COTER
SIAFI 2009/1512369	7ª ICFEx	Inscrição de Restos a Pagar/DESTAQUE
SIAFI 2009/1512441	7ª ICFEx	Movimento de bonos dias 30 a 31 DEZ 09
SIAFI 2009/1512535	7ª ICFEx	Continuação da MSG SIAFI 2009/1512441,STN/CONFIN de 18/12/09.
SIAFI 2009/1512595	7ª ICFEx	Movimento de bonos dia 24 DEZ 09
SIAFI 2009/1512677	7ª ICFEx	Melhorias na Geração de Empenho de Suprimento de Fundos
SIAFI 2009/1512884	7ª ICFEx	Preparativos para o Balanço Geral da União (BGU)
SIAFI 2009/1513998	7ª ICFEx	Regras para Liberação de Financeiro nas Fontes 48 e 95

Obs: Os documentos acima relacionados devem estar arquivados em ordem cronológica, com o visto do OD e do Chefe da Seção interessada.

4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS

ANIVERSÁRIO DE OM

Esta chefia e os Integrantes da 7ª ICFEx cumprimentam, e formulam votos de felicidades e de continuado sucesso profissional, aos Ordenadores de Despesas (OD) e Integrantes das UG e, igualmente, aos Comandantes (Agentes Diretores – AD) e componentes das UA (vinculadas a uma UG), a seguir relacionadas, cujas datas de aniversário transcorrerão no mês de **JANEIRO** de 2010:

UG	LOCALIZAÇÃO	DATA
17ª C S M	Salvador - BA	02 JAN
19ª C S M	Aracajú - SE	02 JAN
20ª C S M	Maceió-AL	02 JAN
21ª C S M	Recife - PE	02 JAN
23ª C S M	João Pessoa - PB	02 JAN
5º C T A	Recife - PE	11 JAN
CIMNC	Paudalho - PE	20 JAN

7ª ICFEx	Continuação do B Info Nº 12, de 31 de dezembro de 2009	Pág 13	
----------	--	--------	--

Informações do tipo “Você sabia ...?”

1. Que, a partir da atualização dos contratos, o módulo de receita fará, automaticamente, a associação entre os valores recolhidos na GRU e o respectivo contrato? (Msg SIAFI nº 2007/1106677, de 23 Ago 07, da D Cont).
2. Que, o sistema identificará 5 campos para realizar a associação da GRU com as receitas com contrato: UG, VALOR, CÓDIGO GRU, DATA(mês/ano) e CPF/CNPJ ? (Msg SIAFI nº 2007/1124483, de 28 Ago 07, da D Cont).
3. Que, é imprescindível que todos os campos sejam preenchidos corretamente, principalmente, o campo RECOLHEDOR, onde consta o CPF/CNPJ (cessionário)? (Msg SIAFI nº 2007/1124483, de 28 Ago 07, da D Cont).
4. Que, eventuais correções de contratos validados indevidamente no SIGA, devem ser solicitadas ao Fundo do Exército (167086), através de Msg/SIAFI, a mudança de status de validado para pendente? (Msg SIAFI nº 2008/0524880, de 09 Maio 08, do FEX).
5. Que, com o propósito de evidenciar maior controle da arrecadação das receitas de hotéis de trânsito, casas de hóspedes, e aquartelamento da OM, os cheques para depósito deverão ser emitidos nominalmente e “cruzados”, tendo como favorecida a UG responsável pela administração dos recursos recebidos? (Msg SIAFI nº 2009/1312002, de 13 Nov 09, da SEF).
6. Que, é obrigatória a justificativa de preço na inexigibilidade de licitação, que deverá ser realizada mediante a comparação da proposta apresentada com preços praticados pela futura contratada junto a outros órgãos públicos ou pessoas privadas? (**Orientação Normativa nº 17 de 1º de abril 2009**).
7. Que a SEF disponibiliza por meio do endereço eletrônico <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/>, um *link* intitulado Coletânea “Administração das UG” que contém ações sugeridas na área de execução orçamentária e financeira; de pagamento de pessoal; de controle interno e de contabilidade?

RUBENS MARTINS NETO – Ten Cel
Chefe da 7ª ICFEx

ANEXO “A”

JULGADOS E NORMAS DO TCU DE MAIOR INTERESSE PARA AS UG PUBLICADOS EM NOVEMBRO DE 2009

- **CGU e INIDONEIDADE. Decisão/CGU-PR s/nº de 17.11.2009**, processo nº 00190.024513/2008-81, no qual a CGU-PR entendeu que “restou caracterizada a prática de ato ilícito com o objetivo de fraudar procedimento licitatório, que atenta contra a inidoneidade” de 4 pessoas jurídicas abaixo identificadas para contratações públicas, nos termos do art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993 (tendo sido adotados a Nota Técnica nº 2.165/2009/CGU/CRG/CPAF e o Parecer nº 233/2009 ASJUR/CGU-PR). Isto posto, foi declarada – com fulcro no art. 87, inciso IV e § 3º, e no art. 88, incisos II e III, ambos da Lei nº 8.666/1993 – a INIDONEIDADE das seguintes empresas: a) CONSTRUTORA GAUTAMA LTDA. (CNPJ nº 00.725.347/0001-00); b) CONSTRUTORA ATLANTA LTDA. (CNPJ nº 02.834.075/0001-01); c) VÉRTICE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. (CNPJ nº 01.588.805/0001-60); d) HABRA ENGENHARIA LTDA. (CNPJ nº 36.755.379/0001-97).

- Assunto: **CONVÊNIOS. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 195.** Ementa: determinação ... para que, em relação aos convênios, adote as seguintes medidas preventivas: a) realizar a adequada e prévia apreciação do texto das minutas do convênio e de seus aditivos pelos setores técnicos e jurídico do órgão/entidade concedente, acompanhado dos documentos exigidos, conforme art. 31 da Portaria Interministerial/MP, MF e CGU nº 127/2008; b) aprovar as minutas de convênio fundamentada nos pareceres técnicos e jurídicos do órgão, consoante art. 31 da Portaria Interministerial/MP, MF e CGU nº 127/2008; c) promover aplicação rigorosa dos procedimentos de análise de celebração, acompanhamento e fiscalização da execução pelos órgãos concedentes de convênios; d) obter o devido licenciamento ambiental aos órgãos competentes, antes do início das obras rodoviárias, em cumprimento ao disposto no art. 2º, § 2º, inc. I e art. 12, da Lei nº 8.666/1993 c/c o art. 8º, inc. I, da Resolução/CONAMA nº 237/97 e Resolução/CONAMA nº 06/87; e) prever recursos orçamentários para suportar as despesas provenientes de convênio, em cumprimento ao art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); f) incluir projeto de obras rodoviárias em Plano de Investimento Plurianual, quando a respectiva execução ultrapassar o exercício financeiro, em obediência ao disposto no art. 167, § 1º, da Constituição Federal (item 9.4.1 a 9.4.6, TC-017.177/2007-4, Acórdão nº 2.708/2009-Plenário).

- Assunto: **PREGÃO ELETRÔNICO. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 195.** Ementa: determinação ... para que observe o disposto no art. 4º, “caput”, c/c o art. 6º, do Decreto nº 5.450/2005, no sentido de que se utilize a modalidade pregão, na forma eletrônica, na contratação dos serviços de engenharia (item 9.2.3, TC-004.448/2006-3, Acórdão nº 2.709/2009-Plenário). Lembramos o(a) leitor(a) que o TCU já determinou à ELETRONORTE, por exemplo, que verificasse, quando da realização de pregão para contratação de obras e serviços de engenharia, que os mesmos não devem possuir complexidade de especificação e de execução incompatíveis com o caráter comum dos objetos passíveis de serem contratados por meio da modalidade Pregão (item 9.1.1, TC-009.002/2006-5, Acórdão nº 1.617/2006-TCU - Plenário, DOU de 11.09.2006, S. 1, p. 88).

- Assunto: **VIGILÂNCIA. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 201.** Ementa: determinação ... para que, em contratações de empresas especializadas na prestação de serviços de segurança e vigilância armada, sejam adotados como limites máximos de preços aqueles definidos pela Portaria/SLTI-MP nº 4, de 18.05.2009 (publicada DOU de 18.05.2009, S. 1, ps. 108 e 109; ou por outro normativo que a substitua), devendo-se justificar quaisquer necessidades excepcionais na execução dos serviços que importe em majoração dos custos (item 9.3.2, TC-012.982/2009-1, Acórdão nº 2.729/2009-Plenário).

- Assunto: **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 200.** Ementa: determinação ... para que, quando da aplicação de recursos repassados pela União, ao receber atestados de exclusividade de fornecimento de materiais, equipamentos ou gêneros (art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666/1993), adote, com fulcro nos princípios da igualdade e da proposta mais vantajosa, medidas visando assegurar a veracidade das declarações prestadas pelos órgãos e entidades emitentes, como, por exemplo, consulta ao fabricante, considerando sempre que a exclusividade no fornecimento de determinada marca comercial não preenche os requisitos do referido dispositivo legal, pois não resta afastada a possibilidade de existência do mesmo produto sob outro nome comercial (item 9.2.1, TC- 018.941/2002-9, Acórdão nº 2.724/2009-Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 202.** Ementa: recomendação ... para que, relativamente aos projetos de restauração ou manutenção de pavimentos dos programas PIR IV e Crema, exija as anotações de responsabilidade técnica relativas à elaboração do projeto e das planilhas orçamentárias (item 9.1.2.10, TC-002.960/2007-4, Acórdão nº 2.730/2009-Plenário).

- Assunto: **VEÍCULOS. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 202.** Ementa: determinação ... para que, diante da especificidade do caso concreto, efetue estudos, no prazo de um ano, com vistas a verificar a viabilidade de realizar credenciamento de oficinas para prestação dos serviços de manutenção de suas viaturas, seja diretamente ou por meio de empresa especializada, estabelecendo, no ato de convocação, regras objetivas a serem observadas em todo procedimento e por ocasião das futuras contratações, em especial no que se refere à forma de qualificação dos interessados, em consonância com os arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/1993, condições de pagamento e critérios a serem observados por ocasião da escolha da empresa que executará os serviços (item 9.3, TC-032.202/2008-1, Acórdão nº 2.731/2009-Plenário).

- Assunto: **AMOSTRAS. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 204.** Ementa: determinação ... para que, quando entender necessária a apresentação de amostras no âmbito de licitações promovidas pela entidade, restrinja a exigência aos licitantes provisoriamente classificados em 1º lugar, e desde que de forma previamente disciplinada e detalhada no respectivo instrumento convocatório, nos termos dos art. 45 da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 4º, inc. XVI, da Lei nº 10.520/2002 e o art. 25, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005 (item 9.2.1, TC-016.520/2009-5, Acórdão nº 2.739/2009-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 207.** Ementa: determinação ... para que, no caso de ser lançado novo edital (sob exame do TCU), não inclua exigência de quesitos de pontuação técnica ou de habilitação para cujo atendimento as empresas licitantes tenham de incorrer em despesas que sejam desnecessárias e anteriores à própria celebração do contrato, ou frustrem o caráter competitivo do certame, a exemplo de quadro de pessoal com técnicos certificados, exigidos de todos os membros da equipe técnica, limitando essa exigência aos responsáveis técnicos (item 9.2.3, TC-017.404/2009-0, Acórdão nº 2.750/2009-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 207.** Ementa: determinação ... para que, no caso de ser lançado novo edital (sob exame do TCU), adote providências no sentido de, ao fixar critérios de julgamento de uma licitação, como fatores de ponderação de técnica e preço, justifique expressamente esses fatores, que devem ser proporcionais ao grau de complexidade dos serviços a serem contratados, atentando para que, se os pesos forem diferentes de 50%, estes devem ser justificados de forma circunstanciada, visando demonstrar que não representam nem privilégio nem direcionamento e não proporcionarão aumento de preços indevido em decorrência de pequenas vantagens técnicas (item 9.2.5, TC-017.404/2009-0, Acórdão nº 2.750/2009-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 258.** Ementa: determinação ... para definir dequadamente, ao realizar procedimentos licitatórios, o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos, não permitindo a inclusão apenas de limite máximo de serviços a serem contratados (Lei nº 8.666/1993, art. 7º, § 4º) (item 1.5.1, TC-015.632/2008-9, Acórdão nº 6.000/2009-2ª Câmara).

Assuntos: **DISPENSA DE LICITAÇÃO. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 220.** Ementa: determinação ... para que, quando realizar contratação emergencial ou renovação de instrumento de contrato, observe rigorosamente, além do disposto no art. 24, inc. IV, c/c o art. 26, parágrafo único, incisos I a III da Lei nº 8.666/1993, a necessidade de só efetivar contratações diretas de entidades após comprovação da compatibilidade dos preços praticados com os de mercado, mediante pesquisa de preços em pelo menos três empresas do ramo, devendo a documentação pertinente constar do respectivo processo de dispensa ou inexistência (item 1.5.1.1, TC-020.748/2008-5, Acórdão nº 6.499/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 220.** Ementa: determinação ao Banco Central do Brasil para que exija dos contratados o detalhamento da composição do BDI e dos custos dos serviços a serem avançados, de acordo com orientação contida nos Acórdãos nºs 1.286/2007-P e 1.427/2007-P (item 1.5.1.5, TC-020.748/2008-5, Acórdão nº 6.499/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 222.** Ementa: determinação ... para que deixe assente aos interessados em participar de licitações a possibilidade de acesso aos respectivos orçamentos estimativos, tal como disposto no art. 40, § 2º, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 (item 1.6, TC-023.339/2009-6, Acórdão nº 6.510/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **REGISTRO DE PREÇOS. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 222.** Ementa: determinação ... para que se abstenha de aderir ou participar de Sistema de Registro de Preços, se a gerência desse estiver a cargo de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, em razão da devida publicidade que deve ser dada ao certame licitatório no âmbito da Administração Pública Federal, em obediência ao inc. I do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, bem como de conformidade aos princípios básicos da legalidade, da publicidade e da igualdade e à Orientação Normativa/AGU nº 21/2209 (item 1.6.2, TC-027.147/2008-7, Acórdão nº 6.511/2009-1ª Câmara). Lembramos a rede do Ementário de Gestão Pública, curiosamente, que o art. 2º da Lei nº 10.191, de 14.02.2001 (DOU de 16.02.2001) dispõe: “Art. 2º O Ministério da Saúde e os respectivos órgãos vinculados poderão utilizar reciprocamente os sistemas de registro de preços para compras de materiais hospitalares, inseticidas, drogas, vacinas, insumos farmacêuticos, medicamentos e outros insumos estratégicos, desde que prevista tal possibilidade no edital de licitação do registro de preços. § 1º Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, bem como as respectivas autarquias, fundações e demais órgãos vinculados, também poderão utilizar se dos registros de preços de que trata o caput, desde que expressamente prevista esta possibilidade no edital de licitação. § 2º Sob nenhuma hipótese poderá o edital de licitação do registro de preços ser elaborado em desacordo com a legislação vigente”.

- Assuntos: **CONTRATOS e LICITAÇÕES. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 224.** Ementa: determinação/recomendação/orientação (Sic) ... para que, nas licitações para contratação de serviços, faça constar nos editais de licitações e respectivos contratos, especialmente nos casos de serviços continuados, cláusulas que estabeleçam os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços e de critérios de atualização monetária, contendo expressamente o índice de reajuste contratual a ser adotado no referido instrumento, observado o disposto no art. 1º, parágrafo único, inc. III e art. 2º, § 1º, ambos da Lei nº 10.192/2001 (item 1.5.1.3, TC-012.618/2009-4, Acórdão nº 6.538/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **PREGÃO ELETRÔNICO. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 225.** Ementa: determinação ... para que adote providências com vistas a apurar a possível fraude cometida por 2 empresas, no âmbito de um pregão eletrônico de 2009, quando apresentaram e emitiram, respectivamente, atestado de capacidade técnica, em nome de uma delas, não condizente, supostamente, com a realidade, aplicando-lhes, se for o caso, as sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 (item 1.5, TC-017.096/2009-0, Acórdão nº 6.539/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 228.** Ementa: determinação ... para que, nas contratações de serviços de TI: a) evite a adoção de remuneração baseada em homens-horas, preferindo a remuneração baseada em resultados aferidos por métricas auditáveis e de larga aceitação no mercado; b) desenvolva e aplique métodos e procedimentos claros de estimação, documentação, avaliação e mensuração de serviços prestados, preferencialmente adotando métricas de larga aceitação no mercado, tais como o ponto de função, ou, no caso excepcional de adoção de banco de horas, estimando previamente o número de horas previstas para serem consumidas em cada ordem de serviço com base em métricas auditáveis (item 1.6.4, TC- 031.869/2008-9, Acórdão nº 6.571/2009-1ª Câmara).

- Assuntos: **PREGÃO e TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 228.** Ementa: determinação ... para que, nas licitações de bens e serviços de tecnologia da informação, observe as orientações contidas nos itens 9.1 e 9.2, do Acórdão nº 2.471/2008-Plenário, em especial no que se refere ao uso da modalidade pregão para contratação de serviços comuns de TI, entre os quais se incluem os serviços de aquisição e implantação de sistemas ERP (item 1.6.5, TC-031.869/2008-9, Acórdão nº 6.571/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 235.** Ementa: determinação ... para que, em relação à elaboração dos atos convocatórios das licitações envolvendo a aplicação de recursos públicos federais, abstenha-se de: a) exigir, como condição de habilitação dos licitantes, a apresentação de guia de recolhimento de taxa relativo à aquisição de cópia do ato convocatório, uma vez que tal exigência não está prevista nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993, de forma que a aquisição em apreço constitui uma faculdade e não um dever dos interessados, mormente quando o edital esteja disponibilizado na internet; b) estabelecer condições de participação em certames licitatórios anteriores à fase de habilitação e não previstas na Lei nº 8.666/1993, a exemplo da prestação da garantia de que trata o art. 31, inc. III, da Lei nº 8.666/1993, antes de iniciada a fase de habilitação, devendo processar e julgar a licitação com observância dos procedimentos previstos no art. 43 da Lei nº 8.666/1993 e nos princípios estatuídos no inc. XXI do art. 37 da CF e no art. 3º da Lei nº 8.666/1993; c) exigir capital social mínimo, cumulativamente com a prestação da garantia prevista no art. 31, inc. III, da Lei nº 8.666/1993, uma vez que o § 2º do mencionado artigo permite tão somente à Administração exigir, alternativamente, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo ou as garantias previstas no § 1º do art. 56 do referido diploma legal; d) realizar qualquer modificação em edital de licitação, capaz de afetar a formulação das propostas, sem atentar para a necessidade de reabertura de prazos disciplinada no art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/1993; e) estabelecer condições não previstas no art. 31 da Lei nº 8.666/1993, especialmente não exigindo comprovação de capital integralizado; f) utilizar índices contábeis em patamares excessivos, para a avaliação da qualificação econômico-financeira dos licitantes, observando o disposto no art. 31, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, e atentando quanto à necessidade de justificar, no processo administrativo da licitação, os índices previstos no edital (itens 9.6.1 a 9.6.6, TC- 020.976/2008-0, Acórdão nº 6.613/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **FESTIVIDADES. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 242.** Ementa: determinação ... para que se abstenha de realizar despesas com festividades, eventos comemorativos e outros congêneres, tendo em vista que tais despesas carecem de amparo legal e caracterizam inobservância aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade e da eficiência, bem como da jurisprudência do TCU (item 9.4.1, TC-008.083/2000-0, Acórdão nº 6.641/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **EMPENHO. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 258.** Ementa: determinação ... para que observe as normas legais de direito financeiro estabelecidas na Lei nº 4.320/1964 c/c o Decreto nº 93.872/1986, em especial o disposto: a) no art. 60 da Lei nº 4.320/1964, quanto à vedação da realização de despesas sem o prévio empenho; b) nos arts. 30 e 35 da Lei nº 4.320/1964, c/c o § 3º, art. 13 do Decreto nº 93.872/1986, atentando que o exercício financeiro deverá coincidir com o ano civil e que a ele pertencem as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas (itens 1.5.1.1 e 1.5.1.2, TC-015.050/2008-4, Acórdão nº 5.998/2009-2ª Câmara).

- Assuntos: **CONTRATOS e LICITAÇÕES. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 262.** Ementa: determinação ... para adotar rígido controle de seus procedimentos licitatórios e contratos, estabelecendo mecanismos sistemáticos que possibilitem a detecção de objetos e/ou contratos semelhantes, de forma a evitar gastos administrativos desnecessários e, portanto, antieconômicos (item 1.5.1.1, TC-029.303/2008-2, Acórdão nº 6.026/2009-2ª Câmara).
- Assunto: **PATRIMÔNIO. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 263.** Ementa: determinação ... para que aperfeiçoe seus sistemas de controle de identificação e localização dos bens imobilizados, com designação formal de responsável pelo exercício do controle do ativo imobilizado, bem como institucionalize normas internas, rotinas e procedimentos visando controlar efetivamente os bens patrimoniais (item 1.4.2.2, TC-014.559/2006-6, Acórdão nº 6.039/2009-2ª Câmara).
- Assuntos: **LICITAÇÕES e PREGÃO. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 264.** Ementa: determinação ... para que, nas licitações efetuadas com recursos da União, dê ampla divulgação ao certame, fazendo publicar aviso contendo o resumo do edital em jornal diário de grande circulação local, nos termos do art. 4º, incisos I e II, da Lei nº 10.520/2002, e do art. 11, inc. I, alínea "b", do Decreto nº 3.555/2000 (item 1.4.1.1, TC-018.299/2009-8, Acórdão nº 6.043/2009-2ª Câmara).
- Assuntos: **MARCA e PADRONIZAÇÃO. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 264.** Ementa: determinação ... para que, ao empreender indicação de marca em seus procedimentos licitatórios, motive previamente a opção em processo administrativo regular no qual fique comprovado ser legalmente possível e estritamente necessário ao atendimento das exigências de uniformização e padronização (item 1.4.1, TC-024.128/2009-6, Acórdão nº 6.045/2009-2ª Câmara).
- Assunto: **PAGAMENTO. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 265.** Ementa: determinação ... para que atue seletivamente quanto a suas obrigações, de forma a pagar em dia as obrigações com fornecedores que mais geram encargos em caso de atraso no pagamento, com objetivo de minimizar as perdas decorrentes de contingenciamentos do Governo Federal (item 1.5.5, TC-019.377/2007-4, Acórdão nº 6.050/2009-2ª Câmara). A propósito, chamamos a atenção do(a) leitor(a) para o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993, o qual obriga cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, “a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades”!?
- Assunto: **ENCARGOS SOCIAIS. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 266.** Ementa: determinação ... para que, em eventuais repactuações e/ou futuras contratações de empresas especializadas na prestação de serviços terceirizados, atente para o percentual de encargos sociais adotados pelas contratadas/licitantes, de modo que não aceite a elevação injustificada desses encargos incidentes sobre a remuneração dos prestadores, devendo justificar quaisquer necessidades excepcionais na execução dos serviços que importem em majoração desse custo (item 1.5, TC-020.387/2009-0, Acórdão nº 6.058/2009-2ª Câmara).
- Assunto: **CONTRATOS. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 268.** Ementa: determinação ... para que formalize os termos de contratos para qualquer contratação de serviço de natureza continuada ou compra para entrega que não for imediata (item 1.5.1.6, TC-015.585/2007-9, Acórdão nº 6.078/2009-2ª Câmara).
- Assuntos: **AUDITORIA e CONVÊNIOS. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 270.** Ementa: determinação ... para que promova o efetivo acompanhamento da aplicação dos recursos de convênios firmados pela Pasta, efetuando levantamento de situação das prestações de contas, de modo a evitar que repasses sejam feitos para obras que não foram concluídas, como o ocorrido com um convênio de 2005, que direcionou recursos para sonorização e iluminação de um suposto centro cultural, cuja obra se encontra com sua estrutura condenada tecnicamente (item 1.6.1.1, TC-012.655/2009-8, Acórdão nº 6.091/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **CONTRATOS. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 271.** Ementa: determinação ... para que: a) abstenha-se de promover a rescisão amigável de contratos, fundamentada no art. 79, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, quando restar configurado o descumprimento, ainda que parcial, das condições pactuadas pelas empresas contratadas, lembrando que estas, em tais circunstâncias, respeitado o devido processo legal, estão sujeitas a uma das sanções previstas no art. 87 do referido diploma legal; b) observe, no caso de atraso injustificado na execução de contrato, o previsto no art. 86 da Lei nº 8.666/1993 e aplique ao contratado multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato (itens 1.5.1.4 e 1.5.1.5, TC-012.843/2005-5, Acórdão nº 6.101/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **ADMINISTRAÇÃO CONTRATADA. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 274.** Ementa: determinação ... para que se abstenha, por ausência de base legal, de contratar fundação de apoio mediante o pagamento de taxas de administração ou similares, regime de contratação denominado "administração contratada", que atenta contra o princípio da economicidade na medida em que mantém a carga da Administração Pública os custos fixos da contratação, assegurando ao contratado, sem os riscos do empreendimento, remuneração fixa, cujo valor é atrelado ao custo total do contrato (item 9.1.2, TC-018.852/2008-6, Acórdão nº 6.109/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **FUNDAÇÃO DE APOIO. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 274.** Ementa: determinação ... para que deixe de celebrar contratos e convênios com fundações de apoio que não preencham critérios de habilitação técnica e jurídica, inclusive por ausência de credenciamento nos Ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia (item 9.1.3, TC-018.852/2008-6, Acórdão nº 6.109/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **AUDITORIA. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 274.** Ementa: determinação ... para que forneça à Unidade de Auditoria Interna, nos termos do art. 14 do Decreto nº 3.591, de 06.09.2000, os meios necessários para a realização das atividades de controle, como equipamento e servidores em quantidade suficiente para a adequada ação de controle, principalmente, em relação aos recursos transferidos às fundações de apoio, mediante contratos ou convênios (item 9.1.7, TC-018.852/2008-6, Acórdão nº 6.109/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **FUNDAÇÃO DE APOIO. DOU de 20.11.2009, S. 1, p. 274.** Ementa: determinação ... para que se abstenha de celebrar contratos ou convênios com fundações de apoio que estabeleçam o procedimento de transferir à fundação a arrecadação de recursos provenientes de prestação de serviços a terceiros, ressalvados aqueles diretamente vinculados ao custeio de projetos específicos nos estritos limites das despesas correspondentes a tais projetos, aprovados previamente pela IFES nos termos das resoluções internas que regem a matéria, por prazo determinado e dentro da finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da instituição federal contratante (item 9.1.10, TC-018.852/2008-6, Acórdão nº 6.109/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 193.** Ementa: determinação ... para que, nos editais de licitações para execução de obras públicas: a) abstenha-se de efetuar exigência de comprovação da execução anterior de quantitativos de serviços elevados (próximos aos que serão contratados) na avaliação da habilitação técnica das concorrentes, por constituir afronta ao art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal/1988 e ao art. 3, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/1993; b) faça constar no ato convocatório do certame acerca da possibilidade de somatório de atestados técnicos com vistas a comprovar os quantitativos demandados na habilitação técnica das concorrentes, quando for o caso; c) faça constar critério de aceitabilidade de preço global das propostas, de maneira a estabelecer limite máximo para as propostas das empresas licitantes, atendendo o disposto nos art. 40, inc. X, e 48, inc. II, ambos da Lei nº 8.666/1993 (itens 1.5.1 a 1.5.3, TC-019.167/2007-7, Acórdão nº 2.783/2009-Plenário).

- Assunto: **PASSAGENS. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 194.** Ementa: determinação ... para que reavalie, frente ao disposto na Portaria/MPOG nº 98/2003, os critérios utilizados para a concessão de bilhete de passagem aérea na categoria de classe executiva aos ocupantes de cargos DAS-4 e DAS-5, disponibilizando para esses servidores, sempre que possível, a tarifa promocional em classe econômica (item 9.6.1, TC-011.188/2007-0, Acórdão nº 2.789/2009-Plenário).

- Assunto: **EVENTO. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 194.** Ementa: determinação ... para que se abstenha de conceder diárias e passagens aéreas aos seus servidores, para a participação em eventos não correlacionados com as atividades desenvolvidas pela autarquia e/ou com as atribuições dos beneficiários, de acordo com o princípio da finalidade (item 9.6.5, TC-011.188/2007-0, Acórdão nº 2.789/2009-Plenário).

- Assunto: **EVENTO. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 194.** Ementa: determinação ... para que, nos casos de viagens realizadas para fins de participação em congressos, seminários, cursos e outros afins, inclua no sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) anexos contendo cópias de certificados, listas de presença, relatórios ou outros documentos que comprovem a efetiva participação do servidor no evento (item 9.6.12, TC- 011.188/2007-0, Acórdão nº 2.789/2009-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 207.** Ementa: determinação ... para que, nos procedimentos licitatórios que envolvam recursos públicos federais, abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios condições restritivas da participação de possíveis interessados, como cláusulas especificadas abaixo, tendo em vista o art. 30 da Lei nº 8.666/1993 e a jurisprudência do TCU (Acórdãos nºs 2.297/2005-P e 231/2007-P, quanto ao entendimento do conceito de "quadro permanente"; Acórdão nº 2.614/2008-2ª C, quanto ao não cabimento da apresentação de documentos não relacionados nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993; Acórdãos nºs 4.255/2008-2ª C e 2.359/2007-P, quanto à vedação, em regra, de imposição de limites de atestados): a) que limitem a quantidade de atestados ou de certidões relativos aos serviços a serem executados para fins de comprovação de qualificação técnica dos licitantes, excetuada a hipótese em que tal limitação tenha por finalidade única e exclusiva garantir que a empresa contratada detenha o conhecimento técnico e a capacidade operacional inerentes à metodologia construtiva a ser aplicada, sem prejuízo de esclarecer que é vedada a imposição do referido limite quando o seu objetivo for, tão-somente, verificar se os empreendimentos anteriormente realizados pela licitante têm dimensão semelhante à do objeto do certame; b) que exijam comprovação de vínculo empregatício do responsável técnico de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, com a empresa licitante, na data da licitação, por constituir regra inibidora do caráter competitivo da licitação, sem prejuízo de esclarecer que o essencial é que o profissional esteja em condições de efetivamente desempenhar seus serviços no momento da execução de um possível contrato e, para isso, **não há necessidade de o profissional constar do quadro permanente da empresa licitada nem de comprovar essa situação por meio de Carteira de Trabalho ou Ficha de Registro e GFIP** ou contrato social, pois poderia assumir esse dever de outra forma, a saber, mediante a comprovação da existência de um contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum (itens 9.1.2.1 e 9.1.2.2, TC-007.606/2009-2, Acórdão nº 2.828/2009-Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 207.** Ementa: determinação ... para que, nos procedimentos licitatórios que envolvam recursos públicos federais, exija o detalhamento pormenorizado da composição das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos respectivos percentuais praticados, abstando-se de incluir naquela composição os itens de custo "Administração Local, Instalação de Canteiro e Acampamento e Mobilização e Desmobilização", em consonância com os itens 9.1.2 e 9.1.3 do Acórdão nº 325/2007-Plenário (item 9.1.6, TC-007.606/2009-2, Acórdão nº 2.828/2009-Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 207.** Ementa: determinação ... para que, nos procedimentos licitatórios que envolvam recursos públicos federais, abstenha-se de incluir parcelas relativas ao IRPJ e à CSLL na composição do BDI dos orçamentos-base, bem como oriente as licitantes, em seus editais, que tais tributos não deverão ser incluídos no BDI, em observância ao Acórdão nº 325/2007-Plenário (item 9.1.7, TC- 007.606/2009-2, Acórdão nº 2.828/2009-Plenário).

- Assunto: **CONTRATO DE REPASSE. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 207.** Ementa: determinação à Caixa Econômica Federal para que, ao firmar contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, especifique adequadamente o seu objeto, abstendo-se de anuir a plano de trabalho que não identifique de forma precisa e clara os logradouros e as respectivas quantidades de serviço a serem contemplados com obras de pavimentação asfáltica (item 2.9.3, TC- 007.606/2009-2, Acórdão nº 2.828/2009-Plenário).

- Assunto: **ISS. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 208.** Ementa: determinação ... para que, em pagamentos envolvendo verbas federais, exija que o valor devido a título de ISS seja devidamente destacado no corpo do documento fiscal e, quando não comprovado o recolhimento do respectivo montante, proceda à necessária retenção na forma exigida pela legislação tributária, atentando, quando for o caso, para o percentual que porventura tenha sido previsto na planilha contratual respectiva (item 9.4, TC-008.875/2009-5, Acórdão nº 2.830/2009-Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 209.** Ementa: determinação ... para que deixe de incluir, no cálculo do BDI, quando das contratações de obras rodoviárias federais, despesas que, por sua natureza, não possam ser classificadas como indiretas, dentre elas o IRPJ e a CSLL (item 9.1.3, TC-010.445/2009-1, Acórdão nº 2.832/2009-Plenário).

- Assunto: **FESTIVIDADES. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 216.** Ementa: determinação ... para que se abstenha de realizar despesas com solenidades, coquetéis, churrascos, festividades, "coffee-breaks", serviços de "buffet" e eventos comemorativos que não mantenham relação direta com as suas finalidades, em consonância com jurisprudência do TCU (item 1.5.3, TC-016.256/2008-3, Acórdão nº 6.686/2009-1ª Câmara).

- Assuntos: **CADIN, INVASÃO DE COMPETÊNCIA e TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 217.** Ementa: orientação a um prefeito municipal no sentido de que não compete ao TCU instaurar a Tomada de Contas Especial (TCE) antes da atuação dos controles internos, como decorrência do princípio da não-supressão das instâncias, nem retirar ou impedir a inscrição de entes políticos, órgãos e entidades públicos do registro do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), devendo solicitações a esse respeito ser endereçadas aos próprios órgãos/entidades federais repassadores de recursos (item 1.5, TC-019.082/2009-4, Acórdão nº 6.695/2009-1ª Câmara).

- Assuntos: **CONVÊNIOS e INVASÃO DE COMPETÊNCIA. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 224.** Ementa: esclarecimento a um interessado no sentido de que, nos termos do art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal, c/c o art. 93 do Decreto-lei nº 200/1967, compete ao gestor o ônus de comprovar a regularidade na aplicação dos recursos financeiros descentralizados, por meio de documentação que demonstre inequivocamente os gastos efetivados, não cabendo ao TCU fazer prova da vinculação entre a conduta do gestor e os eventuais prejuízos advindos ao erário (item 9.2, TC-026.893/2006-7, Acórdão nº 6.745/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **PESSOAL. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 260.** Ementa: determinação ... para que aprimore mecanismo de controle interno para verificar os óbitos de servidores ativos e inativos, de forma tempestiva, evitando pagamentos indevidos de remuneração e aposentadoria a servidores falecidos (item 1.5.1.8, TC-013.773/2008-8, Acórdão nº 6.299/2009-2ª Câmara).

- Assuntos: **ENCARGOS SOCIAIS, LIMPEZA e TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 231.** Ementa: determinação ... para que, nas contratações de empresas especializadas na prestação de serviços terceirizados, não aceite elevação do percentual relativo aos encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos prestadores alocados ao contrato, nem a presença de tributos indevidos, sem que haja justificativa plausível para sua ocorrência que importe em majoração do custo e, no caso de contratação de serviços de limpeza e conservação, adote a área como unidade para se chegar ao preço dos serviços, podendo utilizar como parâmetro a sistemática de cálculo e valores máximos fixados pelas Portarias e Instruções Normativas da SLTI-MP (item 9.2, TC-020.395/2009-1, Acórdão nº 6.771/2009-1ª Câmara).

- Assuntos: **CONTAS ANUAIS, INDICADOR DE DESEMPENHO e RELATÓRIO DE GESTÃO. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 244.** Ementa: determinação ... para que apresente, nas prestações de contas, indicadores de desempenho capazes de gerenciar a conformidade e/ou desempenho dos programas governamentais e/ou das ações administrativas (projetos e atividades) e de avaliar os seus resultados, sob os aspectos da eficácia, eficiência, efetividade e economicidade (item 1.5.1.1, TC-015.230/2005-8, Acórdão nº 6.180/2009-2ª Câmara). Faltou, infelizmente, a dimensão da "equidade", abordada pelos interessantes trabalhos (AvaP's) da competente SEPROG/TCU!?

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 244.** Ementa: determinação ... para elaborar, com maior zelo, as especificações dos editais de licitação que tenham como objeto a contratação de obras, de forma a evitar que o edital veicule sem data, cuidando para que o mesmo seja assinado legivelmente pelo presidente e não por membro, cuja rubrica não pode ser identificada, além de especificar as obras e serviços a serem realizados, não fazendo apenas uma descrição genérica (item 1.5.1.4, TC-008.207/2004-1, Acórdão nº 6.181/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **ELEVADOR. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 255.** Ementa: determinação ... para que promova a abertura de procedimento licitatório para a contratação dos serviços de manutenção, conservação e assistência técnica de elevadores, conforme jurisprudência do TCU nas Decisões nºs 583/1994-P, 165/1995-1ª C, 575/1998-P, 154/2004-P, 196/2001-P e no Acórdão nº 2.960/2003-1ª C, estabelecendo sistemática de incluir em seus certames licitatórios, justificativa respaldada em comprovação inequívoca de ordem técnica, com estudos, laudos, perícias e pareceres que demonstrem as vantagens econômicas e o interesse da administração, considerando as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas (item 1.5.7, TC-018.252/2007-5, Acórdão nº 6.270/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **TRANSPARÊNCIA. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 257.** Ementa: determinação ... para que, em atenção à transparência na gestão pública e ao princípio da publicidade, disponibilize em sua página na internet o conteúdo integral de todos os atos administrativos editados pelo CRF/RS, sejam eles do Plenário, da Diretoria, do Presidente, das Comissões ou das Câmaras, a exemplo de deliberações, decisões, atas, regulamentos, instruções, regimentos e portarias, ressalvados apenas os de natureza reservada ou sigilosa (item 1.6.1.2, TC-024.996/2009-0, Acórdão nº 6.284/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **PESSOAL. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 262.** Ementa: recomendação ... para o correto registro de tempo de participação em programas de treinamento para ingresso nas respectivas carreiras, pois que não se trata de tempo como aluno-aprendiz (item 9.5, TC-005.142/2008-4, Acórdão nº 6.312/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **VEÍCULOS. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 267.** Ementa: determinação ... para que mantenha controle de utilização e manutenção de viaturas, principalmente das que estejam dentro do prazo de garantia, de sorte a encaminhá-las para revisão em tempo hábil, evitando-se despesas desnecessárias para a administração (item 9.8.9, TC-006.143/2004-3, Acórdão nº 6.332/2009-2ª Câmara).

- Assuntos: **PASSAGENS e SERVIÇO CONTÍNUO. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 267.** Ementa: determinação ... para que, nas contratações de passagens aéreas, somente inclua cláusula contratual com previsão de prorrogação de vigência fundada no art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 na hipótese de restar objetiva e formalmente demonstrado que a forma de prestação do serviço requerida pela unidade tem natureza continuada (item 9.8.10, TC-006.143/2004-3, Acórdão nº 6.332/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **EVENTO. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 272.** Ementa: determinação ao ... para que - caso permaneça o interesse na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de planejamento, organização, execução e acompanhamento de eventos - adote providências para reformular e publicar novo edital, em substituição ao edital de um pregão eletrônico de 2009, excluindo do objeto pretendido o fornecimento de serviços de "palestrante", haja vista que não se coadunam com a modalidade pregão, admitida apenas para a contratação de bens e serviços comuns, e não guardam relação com o serviço de organização de eventos (item 9.3.1, TC-010.621/2009-0, Acórdão nº 6.349/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES. DOU de 27.11.2009, S. 1, p. 273.** Ementa: determinação ... para que: a) adote providências necessárias ao efetivo controle diário do numerário existente no cofre ... com vistas a evitar a existência de diferenças não justificáveis entre o numerário existente no caixa e os valores contabilizados; b) providencie a adequada segregação de funções nas atividades relativas ao manuseio e checagem do numerário do cofre, à escrituração contábil e à efetivação de pagamentos, recebimentos, depósitos e saques; c) observe o limite regulamentar para a manutenção de numerário nos cofres dos ... conforme definido em deliberação do Conselho Econômico (itens 9.4.1 a 9.4.3, TC-014.367/2004-0, Acórdão nº 6.352/2009-2ª Câmara).